



# *Câmara Municipal de Monte Mor*

*“Palácio 24 de Março”*

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PARECER REFERENTE PROJETO DE LEI 127/2022**

### **Exposição da Matéria**

Trata-se do Projeto de Lei nº 127/2022, que: “Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 527.000,00 no Orçamento Programa de 2022.”

### **Análise**

O Chefe do Poder Executivo pede autorização do Poder Legislativo para incluir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 527.000,00 (quinhentos e vinte e sete mil reais) no orçamento programa de 2022 da Secretaria de Saúde para atender as ordens judiciais. O valor será distribuído em três contas: outros serviços de terceiros pessoa jurídica (ficha 1896), equipamentos e material permanente (1897) e material de consumo (ficha 1898).

O Poder Executivo destaca que o valor para o crédito suplementar decorre da anulação do respectivo valor da ficha 1651 para pagar auxílio-alimentação, no programa dos agentes comunitários da atenção básica de saúde. A citada ficha foi aprovada no orçamento para 2022 no valor de R\$ 672.100,00, conforme quadro de detalhamento da despesa, página 23/43. O executivo informa que o valor suplementado será utilizado para compra de medicamentos de alto custo por determinações judiciais.

Este é o relatório...

### **Parecer**

Inicialmente cabe ressaltar que o projeto de Lei nº 127/2022 foi devidamente analisado e na ANÁLISE PRÉVIA foi FAVORÁVEL, ao recebimento da propositura, para os questionamentos e exigências serem sanadas pelos parlamentares durante a tramitação do PL, de modo que não foi constatada nenhuma afronta à Constituição Federal, Lei Federal, Estadual ou Municipal, estando portanto em conformidade com a legislação vigente.

Diante da demanda de reprogramação necessário controle do orçamento e das contas públicas, razão pela qual fora editada a Lei 4.320/1964 que “Estatui Normas Gerais de Direitos Financeiros para elaboração e controle de orçamentos e balanços públicos”.

Nota-se que o crédito especial é um tipo de ajuste permitido no orçamento, consistente na autorização da realização de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na LOA, mas para sua regular utilização é imprescindível respeitar alguns requisitos, dentre eles, ter autorização legislativa, justificativa do executivo, vigência, informações de valor e classificação do crédito, onde na oportunidade foi protocolado no dia 05/10/22, o ofício nº326/2022 em resposta que justifique melhor o PL, para que possa tramitar de forma que se adéque ao regimento.

Da análise verifica-se que a matéria visa incluir na Secretaria de Saúde crédito adicional suplementar decorrente de anulação parcial de dotação. Verifica-se também que



# *Câmara Municipal de Monte Mor*

## *“Palácio 24 de Março”*

a propositura indica a importância / valor do crédito e a classificação da despesa, estando, portanto, de acordo com a Norma referendada.

Na oportunidade, foi necessário o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, realizar Audiência Pública, para autoridades e pessoas interessadas a participarem, no dia 16 de setembro de 2022, às 10h00min, para discussão do PL 127/2022, onde houve ênfase para tal, sendo sanadas todas as dúvidas, e para vislumbre, a Secretaria Municipal de Saúde em resposta ao Ofício 326/2022 encaminha em anexo o ofício 514/2012, justificando que no início do ano 2022, a ficha 1651 de auxílio-alimentação, se apresentou com outro código contábil, do qual não poderíamos utilizar, teria de ser em serviço de terceiros pessoa jurídico, portanto quando atualizado a listagem de servidores recursos permaneceu nesta ficha, e por isso precisam utilizar nas sentenças judiciais, pois nas mesmas não existe mais dotação e por ambas pertencerem ao mesmo recurso 01 (tesouro), que totalizando 527.000,00 para cobrir a despesa como: medicamentos, insumos, serviços de home care, internações, cadeiras de rodas, entre outras demandas causadas pelas sentenças judiciais fornecidas aos municípios como mandatos de segurança para corroborar com suas alegações.

No tocante a matéria do PL nº127/2022, conclui-se tratar de assunto de interesse local, vindo atender o art. 30, 1, da Constituição Federal e o art. 8º, da Lei Orgânica do Município.

Feita esta consideração, passamos a análise, não do mérito, mas sim da compatibilidade e adequação do projeto em relação a finanças e orçamento do Município de Monte Mor.

Considerando as contribuições recebidas nas audiências públicas e considerando que o projeto apresentado está em consonância com as normas e princípios constitucionais. Ao analisar o texto do projeto de lei nº 127/2022 verifica-se que o mesmo contempla de forma adequada os requisitos necessários para sua aprovação.

Diante de todo o exposto, cabe a este relator apresentar parecer FAVORÁVEL ao presente projeto de lei, para que o mesmo siga os devidos trâmites do rito legislativo.

Sala das Sessões vereador Hélio Nemer, 14 de outubro de 2022

**ALTRAN  
JOSE  
FARIAS  
LIMA**

Assinado de forma digital por  
ALTRAN JOSE FARIAS LIMA  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=presencial,  
ou=39654333000170, ou=Pessoa  
Física A1, ou=ARCONFIANCE,  
ou=Autoridade Certificadora  
SERPROACF, cn=ALTRAN JOSE  
FARIAS LIMA  
Dados: 2022.10.14 14:13:38  
-03'00'

**Altran Farias**

**ADRIEL DE  
OLIVEIRA  
NASCIMENTO:366  
28507882**

Assinado de forma digital  
por ADRIEL DE OLIVEIRA  
NASCIMENTO:36628507882  
Dados: 2022.10.14 08:51:20  
-03'00'

**Professor Adriel  
Relator**

**BRUNO  
HENRIQUE  
LEITE  
CAMARGO:36  
270459800**

Assinado de forma  
digital por BRUNO  
HENRIQUE LEITE  
CAMARGO:3627045  
9800  
Dados: 2022.10.14  
15:27:44 -03'00'

**Bruno Leite**